

EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E CONTRATO FIRMADOS PELO PRONAF NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL - RS ENTRE ANOS FICAIS DE 1999/2008

**BUSSONS, Nicolau de Lima¹; RADUNZ, Amanda Fabres Oliveira¹;
DO SANJOS, Flávio Sacco²**

¹ Universidade Federal de Pelotas – UFPEL – niclima36@hotmail.com

² Universidade Federal de Pelotas - UFPEL – sacoodosanjios@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho foi avaliar a evolução da distribuição dos recursos e o número de contratos firmados pelo PRONAF entre os anos fiscais de 1999 a 2008 no município de São Lourenço do Sul - RS.

Nas últimas décadas, a agricultura familiar tem sido tema recorrente na literatura acadêmica e nas ações de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural. Porém a trajetória que acompanha o reconhecimento político dessa forma social de produção experimentou grandes dificuldades. Em outras palavras pode-se dizer que ela foi “historicamente relegada no Brasil, sendo politicamente excluída do acesso a recursos públicos e, não raro, questionada quanto a sua relevância social e econômica” (AQUINO; SCHNEIDER, 2010, p. 1).

Esta realidade começou a ser revertida, principalmente, a partir da divulgação do relatório elaborado pelo convênio FAO/INCRA. Este material foi decisivo para afirmação do PRONAF enquanto política pública. Neste documento, são apresentados dois importantes resultados: o primeiro “[...] uma caracterização do potencial de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil e uma delimitação do público alvo das políticas recomendadas”. O segundo resultado foi a indicação de “[...] um elenco de sugestões de medidas de política agrária e agrícola que engendrarão a opção pela agricultura familiar como linha estratégica de desenvolvimento rural” (FAO/INCRA, 1994, p. 1).

Neste contexto é que em 1996 surge o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), sendo ele uma adaptação do PROVAP (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural) e que surge com o propósito de atender as novas demandas do campo, ressaltando-se, entre essas, o acesso ao crédito e a novas tecnologias.

Ao longo de sua existência observa-se que “(...) que a maior parcela dos recursos liberados pelo PRONAF foi direcionada para a região Sul do Brasil, enquanto coube às regiões Norte e Centro-Oeste as menores participações” (CORRÊA; CABRAL, 2001, p. 911). Entretanto, estudos recentes apontam para a descentralização dessas ações.

A situação atual do Pronaf no Rio Grande do Sul reflete esta nova realidade no que afeta à sua participação no volume de recursos deste programa. Segundo (SOUZA; JÚNIOR, 2006) este Estado, que em 2002, concentrava 30,4% do volume de recursos e 29,1% dos contratos firmados pelo PRONAF no Brasil, hoje tem uma participação bastante reduzida, equivalente a 20,4% e 18,6% respectivamente.

Este trabalho procura analisar este novo cenário utilizando-se de um estudo de caso no município de São Lourenço do Sul-RS, localidade que se

destaca na região sul gaucha pela participação da agricultura familiar na sua base econômica.

2. MATERIAL E MÉTODO

A área de estudo escolhida para o desenvolvimento do trabalho foi o município de São Lourenço do Sul, localizado a uma latitude de 31°21'55" sul e a uma longitude 51°58'42", na Serra dos Tapes. Atualmente possui 43.114 habitantes, sendo que 24.234 deles residem na área urbana e 18.880 na área rural (Censo Demográfico 2010).

São Lourenço do Sul ocupa uma área de 2.036,13 km² onde estão localizados 4.327 estabelecimentos agropecuários (IBGE). Deste universo 3.814 (88,14%) se identificam com o conceito oficial de agricultura familiar, ocupando uma área de 77.118 hectares, dado que representa 45,01% da área agropecuária total.

A pesquisa assumiu um caráter eminentemente descritivo. Recorreu-se inicialmente a uma pesquisa documental e bibliográfica que serviu de subsídio teórico para o desenvolvimento do trabalho. Posteriormente, foram utilizados dados secundários obtidos junto às principais instituições envolvidas com o programa: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) que disponibilizam informações relativas à evolução do montante de recursos e do número de contratos das principais linhas de crédito do programa em estudo.

Os dados coletados passaram por um processo de atualização através do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas. Na análise e interpretação dos dados foram utilizadas tabulações específicas referentes ao montante de recursos e o número de contratos que serviram de base analítica comparativa da evolução dos dados entre os anos fiscais de 1999 a 2008.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Tabela 1 traz, entre outras observações, a constatação do aumento vertiginoso dos recursos disponibilizados pelo PRONAF para o município no período estudado. Especificamente, identificou-se o aumento de 118,34% na disponibilidade de recursos do programa entre os anos de 1999 e 2009 para o município de São Lourenço do Sul. Isto é condizente com o comportamento desta política pública em todo o país. Pode-se deduzir que a conjuntura atual sinaliza no entendimento de que o governo brasileiro assume uma posição clara no sentido de considerar a relevância social e econômica da agricultura familiar e das externalidades positivas que acarreta no contexto dos diversos territórios brasileiros.

É preciso reconhecer que as mudanças recentes no quadro político nacional são decisivas para compreender essa ampliação do programa, sendo perfeitamente compatíveis com o surgimento de um novo discurso político que tem na democratização do acesso ao crédito uma de suas principais bandeiras. O fato é que o período compreendido entre o último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso e o segundo ano do Governo Lula da Silva coincide com um aumento de 163,96% na disponibilidade de recursos deste programa. Assim como

na constatação supracitada, esta informação é semelhante à realidade brasileira do PRONAF no período pós-eleitoral de 2002, cujos dados indicam uma atenção especial as variáveis utilizadas na pesquisa.

TABELA 1: Montante de recursos disponibilizados entre os Planos Safra de 1999/2000 a 2008/2009 pelo PRONAF para o município de S. Lourenço do Sul

PLANO SAFRA (ANOS)	VOLUME DE RECURSOS (R\$)
1999/2000	8.637.833,29
2000/2001	18.237.442,60
2001/2002	15.471.787,61
2002/2003	10.773.074,70
2003/2004	15.410.580,09
2004/2005	28.436.900,69
2005/2006	22.253.858,80
2006/2007	19.013.121,86
2007/2008	23.732.177,29
2008/2009	18.860.277,46
TOTAL	180.827.054,39

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário - Dados atualizados pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para 1º de julho de 2011.

Por fim, há outra observação relevante. Referimo-nos ao fato de que o volume médio de recursos disponibilizados nos últimos cinco anos estudados equivale a R\$ 22.459.267,22, enquanto que nos cinco primeiros anos correspondia a R\$ 13.706.143,65. Isto significa que houve um aumento de 63,86% no volume médio de recursos disponibilizados.

TABELA 2 - Número de contratos realizados nos Planos Safra de 1999/2000 a 2008/2009 pelo PRONAF para o município de São Lourenço do Sul - RS.

PLANO SAFRA (ANOS)	NÚMERO DE CONTRATOS
1999/2000	1494
2000/2001	3433
2001/2002	2998
2002/2003	2161
2003/2004	2490
2004/2005	4990
2005/2006	3376
2006/2007	2921
2007/2008	3874
2008/2009	3056
TOTAL	30793

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Os dados apresentados na tabela 2 revelam que em relação a variável número de contratos firmados o comportamento é similar ao verificado em relação à evolução do volume de recursos, haja vista que, entre os anos de 1999 e 2009 ocorreu um crescimento de 104,55% no número de contratos realizados no

município em estudo, com destaque para o período 2004/2005 que apresentou uma evolução de 100,40% em relação ao período imediatamente anterior. Portanto, observa-se que assim como o aumento na disponibilidade de recursos esta variável passou a ser incrementada principalmente após o período eleitoral de 2002.

4. CONCLUSÕES

O município de São Lourenço do Sul, durante o período de tempo analisado, apresentou uma evolução que reflete um incremento relevante na disponibilidade de recursos e no número de contratos firmados através do PRONAF. Ressalva-se que estas observações não são suficientes para afirmar que o programa, por si só, viabilizou, na prática, uma mudança de maior calado no contexto social em que opera a dinâmica da agricultura familiar nesta localidade gaúcha. Há, nesse sentido, diversos problemas a serem enfrentados mais além da mera distribuição de recursos, particularmente no que afeta ao acesso aos mercados. Diante disso, torna-se necessário o surgimento de outras pesquisas que possam acurar com mais precisão os resultados alcançados por estes investimentos governamentais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, J. R. e SCHNEIDER, S. **(Des)caminhos da política de crédito do PRONAF na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural**. I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a pobreza e a desigualdade. Natal, 2010.

CORRÊA, Vanessa Petrelli; CABRAL, Mayra dos Santos. Pronaf Crédito – Programa de crédito compensatório para a agricultura familiar? Algumas indicações de distorções. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v.32, n. especial, p. 450-922, nov. 2001.

FAO. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável: versão resumida do relatório final do projeto UFT/BRA/036**. FAO/INCRA, 1994. 24p.

SOUZA, J.M.P e JÚNIOR, A.S.V. **Análise das liberações dos recursos do PRONAF – descentralizações das aplicações do crédito rural?** XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER). Fortaleza, 2006.